



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL

## **Parecer nº 113/2017**

**Assunto:** Análise do PLC 08/2017 que autoriza o Poder Executivo Municipal a doar bens imóveis localizados na Vila Palmeira ao Fundo do Arrendamento Residencial-FAR, administrado pela Caixa Econômica Federal – CEF.

**Autor:** Executivo

**Interessado(s):** Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

**Ementa:** DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO MUNICIPAL. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR BENS IMÓVEIS. PROJETO-LEI PROVENIENTE DO PODER EXECUTIVO. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE.

## **I. Relatório**

Trata-se de estudo e parecer jurídico acerca da constitucionalidade e da legalidade do PLC supracitado.

Atendidos os requisitos regimentais, situa-se, a proposição, em condições de análise. É o que basta relatar, isto posto, passa-se a fundamentar.

## **III. Fundamentação jurídica**

O Projeto de Lei Complementar em cena, oriundo do Poder Executivo, visa à autorização para a doação de bens imóveis.

A proposição encontra-se em consonância com:

- *Constituição da República* (Art. 37, XXI; Art. 61, § 1º, II, “b” c/c Art. 84, III);
- *Constituição do Estado do Rio Grande do Sul* (art. 53, XXVII);
- *Lei Orgânica Municipal* (Art. 30, VI; Art. 59, XXIII);
- *Lei 8.666/1993* (Art. 17, I).



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL

---

## IV. Conclusão

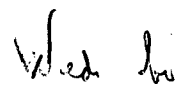
Desta feita, sobre o todo, entende-se ser, o PLC 08/2017, perfeitamente Constitucional e Legal.

Destarte, encaminha-se à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (COJUR), nos termos do art. 69, I, do Regimento Interno para análise e deliberação.

É o parecer, cujo teor submete-se à devida consideração.

Novo Hamburgo, 19 de Julho de 2017.

  
**Fernanda Vaz Luft**  
**OAB/RS 50.734**  
**Procuradora-Geral**

  
**Wedner Lacerda**  
**OAB/RS 95.106**  
**Procurador**